



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

3º trimestre de 2021



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Projetos Prioritários	5
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	7
Corregedoria	7
Controle Interno	8
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	10
Ouvidoria	10
Comunicação	11
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	13
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	15
Gestão de Pessoas	15
Gestão Educacional	16
Gestão Orçamentária e Financeira	18
Gestão Documental	19
Gestão da Tecnologia	20
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	23
Saúde	24
Educação	27
Pessoal	27
Meio Ambiente e Saneamento	28
Obras Públicas	29
Precatórios do Estado	29
Contratações Emergenciais	29
Parcerias interinstitucionais	29
ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
ANEXO ÚNICO	35



INTRODUÇÃO

No 3º trimestre de 2021, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) continuou atuando tempestivamente nas fiscalizações sobre as ações de prevenção à Covid-19, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (Asgov), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012. Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único deste Relatório, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.



Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o atual Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, é uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021. Assim, com as prioridades para o ano de 2021 definidas, há necessidade de realizar o monitoramento periódico das ações realizadas, no intuito de verificar o alinhamento e o avanço das atividades em relação ao alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Na readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021 foram previstos 13 indicadores e metas relacionados a 8 objetivos estratégicos. Após a realização do monitoramento das ações propostas para 2021, observa-se que as iniciativas para 10 indicadores serão realizadas neste ano. Neste sentido, as iniciativas relacionadas a estes 10 indicadores continuarão sendo acompanhadas periodicamente pelas unidades responsáveis, tendo os relatórios de monitoramento acerca do desempenho da estratégia elaborados pela Asgov.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários. Em conformidade com esta Resolução, os projetos prioritários devem apresentar vínculo com um ou mais objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do TCEES.



Assim, os projetos prioritários de 2021 guardam vínculo com o Plano Estratégico, e foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que possam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A Assessoria de Governança (Asgov) é a unidade responsável pela coordenação do processo de formulação do planejamento estratégico e também pelo monitoramento das etapas e das entregas dos produtos pactuados, visando ao desenvolvimento das ações internas da Corte, e especialmente, das ações voltadas para o aprimoramento do controle externo.

Todos os projetos prioritários de 2021 encontram-se em fase de execução, incluindo o projeto Plano Estratégico do TCEES, que teve início no mês de setembro.

No mês de setembro, o projeto “Semear Cidadania” realizou sua segunda oficina com o tema “Diálogos pela eficiência: Busca Ativa Intersectorial e Impactos da Saúde Mental do Professor na Educação”. O evento foi transmitido pelo YouTube, no canal da Escola de Contas Públicas, e teve como público-alvo secretários municipais e estaduais, gestores das unidades de ensino do Espírito Santo, comunidade escolar, a população e seus representantes. A Oficina teve como objetivo demonstrar a necessidade da busca ativa ser feita de maneira integrada com o apoio de pastas como educação, assistência social e saúde; demonstrar que a busca ativa deve olhar o aluno como um ser integral e entender as intervenções necessárias para vencer os obstáculos que geram a evasão ou risco de abandono escolar; apresentar uma prática de busca ativa mais eficiente a garantir o direito de todos os alunos à educação; demonstrar que não só os alunos devem ser vistos de maneira integral, como também que o professor precisa ser acolhido nesse olhar e demonstrar que investir na saúde mental do professor implica investir em educação e em impactos positivos ao processo de aprendizagem dos alunos.

Ainda no mês de setembro, a Asgov recebeu propostas de projetos para o próximo ano. Após passarem pela etapa de seleção, o Conselho Superior de Administração aprovará os projetos prioritários da Corte de Contas para o ano de 2022.



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2020-2021, o Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo, visando a melhoria do desempenho do órgão; e desenvolver atividades disciplinares com vistas à prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

Dentre as atividades executadas pela Corregedoria no trimestre, ressalta-se o lançamento na Intranet, no dia 27 de setembro, do Boletim Informativo da Corregedoria nº 01/2021 do Observatório de Desempenho Institucional (ODI). No documento, enfatiza-se que houve um decréscimo dos processos com prazo expirado no setor, uma diferença de 115 processos (de um total de 445 no 1º bimestre para um total de 330 no 3º bimestre), demonstrando o aumento da eficiência na instrução dos processos da Corte e da adequação dos setores ao cumprimento dos prazos processuais estabelecidos pelo Anexo Único da Resolução TC nº 300/2016.

Segundo o Corregedor: “o ODI é importante porque ele sistematiza o comportamento da nossa instituição face o cumprimento dos prazos que nós mesmos estabelecemos por meio da Resolução TC nº 300/2016 e que o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), da Atricon, estabeleceu para medir aquilo que é o fruto do nosso trabalho. Qual seja: o resultado de julgamentos e pareceres prévios constituídos.” Fonte: <https://www.tcees.tc.br/intranet/boletim-permite-identificar-gargalos-no-fluxo-de-processos/>.

O MMD-TC tem como objetivo verificar o desempenho dos tribunais de contas em comparação com as boas práticas internacionais e diretrizes estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), assim como identificar os seus pontos fortes e fracos.

Nos dias 28 e 29 do mês de setembro a unidade participou do Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Brasil – ENCO. O evento foi de forma virtual e teve como um dos objetivos disseminar o conhecimento das boas



práticas entre as Corregedorias e Ouvidorias. Alguns dos temas do ENCO 2021 foram: Ética na Administração Pública: uma análise do Acórdão 674/2018-TCU-Plenário; o Termo de Ajustamento de Conduta como alternativa a incidentes disciplinares no âmbito dos tribunais de contas; Assédio: Processo de criação do programa de prevenção e combate aos assédios moral e sexual; Assédio Moral e Sexual nos Tribunais de Contas do Brasil: pesquisa e Resultados; e a Apresentação da Cartilha de Conscientização e Combate ao Assédio Moral e Sexual nos Tribunais de Contas.

Ressalta-se, no compromisso firmado no ENCO, que as corregedorias dos tribunais de contas deverão divulgar a Cartilha sobre Assédio Moral e Sexual intensificando estudos e campanhas acerca do tema.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

No último trimestre foi construída a Norma Interna de Procedimentos SCA-001/2021, versão 002, referente ao Sistema de Convênios e Acordos de Cooperação. A norma dispõe sobre os procedimentos necessários à celebração, controle e prestação de contas de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, no âmbito do TCEES, e foi subdividida em quatro fluxos: instrumentos assinados pela Presidência (com e sem execução orçamentária) e assinados pelo Diretor da Escola de Contas Públicas (com e sem execução orçamentária).

Foi realizada auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 2º quadrimestre de 2021, conforme consta no Processo TC nº 04735/2021-1.



Dentre os pontos de análise verificados, cite-se o Demonstrativo de Despesas com Pessoal (artigo 55, inciso I, alínea “a”, da LRF), o Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa em 31 de dezembro (artigo 55, inciso III, alínea “a”, da LRF), o Demonstrativo da Inscrição em Restos a Pagar das despesas (artigo 55, inciso III, alínea “b”, da LRF) e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (artigo 48 da LRF), conforme registrado na Peça Complementar 47479/2021-8 (doc. 17 do Processo TC nº 04735/2021-1).



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

Um canal que contribui para maior transparência e eficiência na Administração Pública é a Ouvidoria. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 3º trimestre de 2021, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 220 demandas, sendo 204 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 16 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações foi o sistema “Conta pra Gente”, com o recebimento de 141 manifestações, o que correspondeu a 64% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico abaixo:

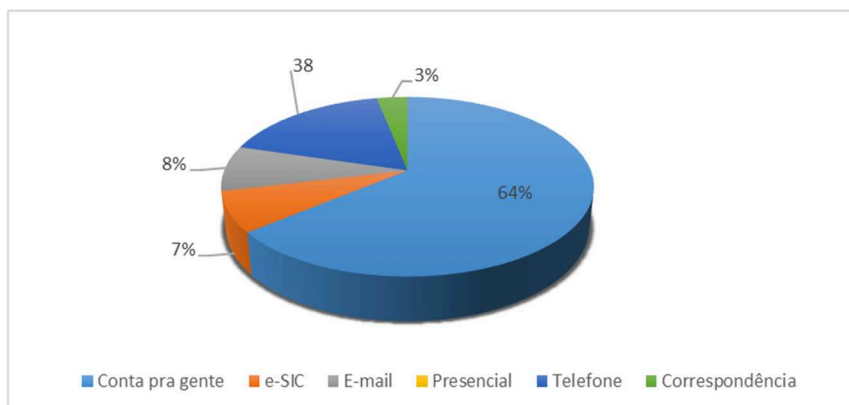


Figura 1 - Canais mais utilizados
Fonte: Ouvidoria



No período, foram recebidas 32 avaliações (29 no sistema “Conta pra Gente” e 03 no sistema e-SIC) sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES, sendo que em 29 avaliações, o que corresponde a 90,62%, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria do TCEES com notas 5/Muito Satisfeito (26 avaliações) e 4/Satisfeito (3 avaliação), superando a meta estabelecida.

É de ressalva ainda que a produtividade em relação ao mesmo período anterior aumentou em 77%, pois foram atendidas 134 manifestações no 3º trimestre de 2020 e 237 manifestações no 3º trimestre de 2021.

Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando à transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 8.000 seguidores) e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet.

No 3º trimestre, a Assessoria de Comunicação (Ascom) produziu um vídeo para divulgação nas redes sociais sobre os resultados positivos alcançados pela Corte com a implantação das sessões virtuais que, atualmente, concentra quase 100% dos julgamentos do TCEES. No Instagram, o vídeo alcançou mais de 1,3 mil contas.

No dia dos pais, foi registrado em vídeo alguns momentos do dia a dia de três servidores pais e o resultado foi um vídeo comovente e emocionante para desejar feliz dia dos pais. A produção teve quase 1mil visualizações e alcançou mais de 1,9 mil contas.

No dia 25 de agosto, a Ascom promoveu uma coletiva de imprensa para divulgar o resultado do levantamento que identificou que dez prefeituras e três Câmaras promoveram aumento de gastos com pessoal durante a pandemia causada pela Covid-19, o que é vedado por lei. Realizada na modalidade híbrida, a coletiva foi iniciada pelo presidente do TCEES, conselheiro Rodrigo Chamoun, e conduzida pela equipe técnica que realizou o trabalho. Participou da coletiva de forma presencial uma



equipe da TV Gazeta. Virtualmente participaram 10 repórteres, dos seguintes veículos: A Gazeta, portal G1, A Tribuna, Folha Vitória, Jornal Regionalidades, ES360, Notícia Capixaba, ES Hoje, Século Diário e Record News.

No dia 26 de agosto foi realizada a segunda live, no Instagram do TCEES, sobre as alterações no Fundeb com a participação do conselheiro Rodrigo Coelho. Foi um rico momento de debate e esclarecimento de dúvidas dos participantes.

Junto das associações de servidores, foi realizada campanha interna que arrecadou 157 cestas básicas que foram entregues a instituições de apoio. A entrega das cestas foi registrada em vídeo pela Ascom e divulgada nas redes sociais.

No dia 24 de setembro, o TCEES completou 64 anos. A Ascom participou da organização e realização do evento que contou com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, que foi homenageado pelo Tribunal capixaba com o “Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo”. A honraria também foi concedida ao conselheiro substituto João Luiz Cotta Lovatti.

Para marcar a data, a Ascom produziu um vídeo institucional. A peça relata os feitos da Corte nos últimos anos, a forma como o TCEES está passando pela pandemia e os planos para o futuro. O vídeo, com cerca de 5 minutos, foi completamente produzido pela Ascom. Desde a concepção da ideia, produção, roteirização, gravação das imagens e edição, tendo sido divulgado em todas os canais de comunicação da Corte.

Destaca-se no período a diagramação das Cartilhas PPA e da Engenharia e a finalização da diagramação da Carta de Serviços. Também foi atualizado o hot site das Contas do Governo 2020.

A seguir constam, de forma resumida, as principais ações realizadas pela Ascom no 3º trimestre de 2021:



Quadro 1 - Principais atividades da Ascom

Principais atividades de comunicação	3º Trimestre de 2021
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	26
Nº de entrevistas coletivas	1
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	9
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	370
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 1.760.951,82
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	185
Nº de notícias inseridas na Intranet	73
Rede social - Instagram	
Nº de seguidores novos	427
Nº de posts – <u>Stories</u>	414
Nº de interações - <u>Stories</u> (<i>saídas, respostas, click link, click voltar, click avançar, votos</i>)	135.260
Nº de posts – <u>Feed</u>	42
Post de maior alcance – <u>Feed</u>	4.365
Nº de interações (<i>likes, comentários, saved</i>) – <u>Feed</u>	5.247
Nº de vídeos – IGTV	5
Nº de reels	5
Audiovisual	
Nº de vídeos produzidos	39
Nº de episódios de podcasts produzidos	01

Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.



Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 3º trimestre de 2021, o MPC emitiu 36 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 107.801,18), R\$ 68.489,07 foram em multas recolhidas aos cofres públicos estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 39.312,11 foi devolvido aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 2:

Quadro 2 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 3º trimestre de 2021.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCE-ES	3º trimestre de 2021
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais ¹	R\$ 68.489,07
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos ¹	R\$ 39.312,11
Total	R\$ 107.801,18

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.

¹ Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 3º trimestre de 2021 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

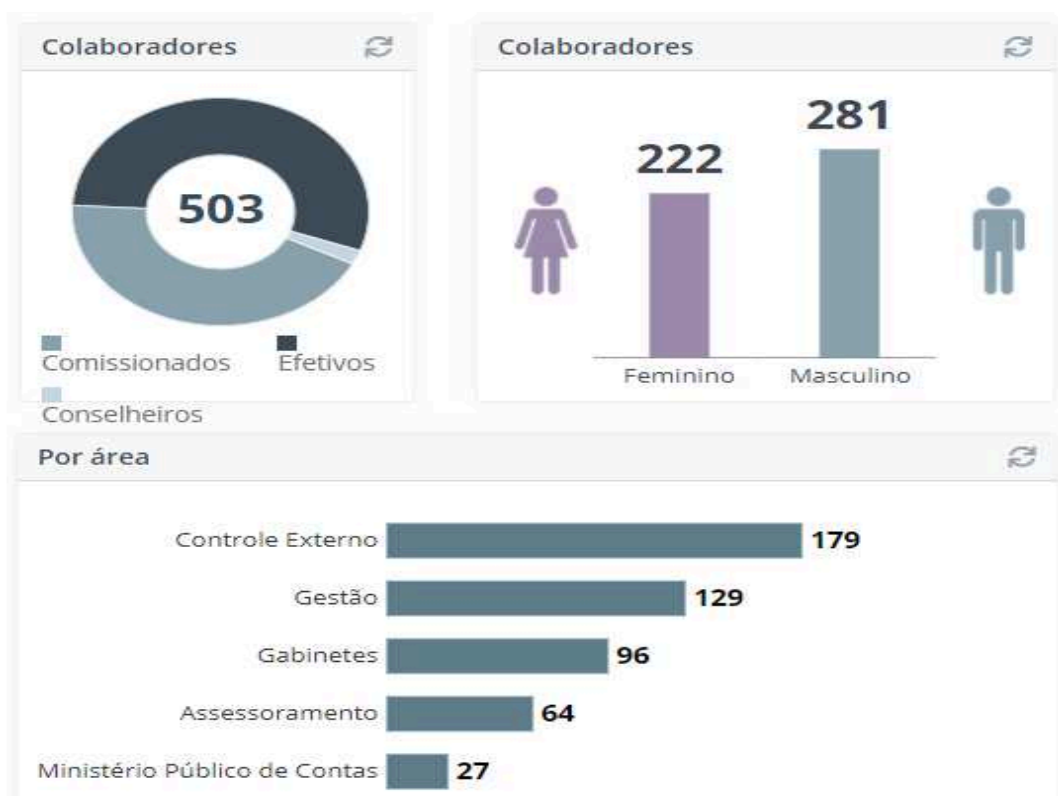


Figura 2 - Quadro de pessoal do TCEES
Fonte: e-TCEES

Dos 503 colaboradores, 55% são efetivos, 43% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES.



No período, houve a nomeação, posse e exercício de 14 profissionais, contratados sob o vínculo temporário, para a área de tecnologia da informação. Foram desenvolvidas atividades de acolhimento através de reunião on line e atendimentos personalizados, assessoramento em relação a documentação para posse e exercício, orientação sobre sistemas do TCEES e procedimentos administrativos relacionados a benefícios.

Foi instituído o censo anual de membros e servidores ativos do TCEES e seus respectivos dependentes em atendimento a PN 53 de 9/07/2021, seguindo as exigências legais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do IPAJM-ES. Em caráter compulsório, foram colhidos e atualizados dados pessoais e funcionais de membros e servidores ativos e de seus dependentes. A SGP atuou nessa coleta de dados enviados via sistema e-TCEES e devidamente atualizados nos sistemas de gestão de pessoas, prestando todo apoio e orientações aos servidores.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 3º Trimestre de 2021, 22.885 pessoas foram capacitadas, incluindo servidores e membros do Tribunal e jurisdicionados, totalizando 61.038 horas de capacitação nos cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual. No quadro 3 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

Quadro 3 - Resultados da capacitação

Resultados da Capacitação	3º Trimestre 2021
Eventos	
Eventos para servidores do TCEES	29
Interno (promovido pelo TCEES)	8
Externo (promovido por outras instituições)	11
Iniciativa do servidor	10
Outros eventos	-



Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	14
Pessoas capacitadas	22.885
Servidores e membros do TCEES	514
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	22.371
Horas de capacitação	61.038
Servidores e membros do TCEES	8.313
Jurisdicionados (Presencial)	-
Jurisdicionados (EAD)	52.725

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$1.682.254,51 foram utilizados até o 3º trimestre o valor de R\$ 876.305,16.

No período, foi realizada a 1ª Oficina de elaboração de ementas jurisprudenciais do TCEES. O objetivo foi capacitar servidores do TCEES para a elaboração de ementas jurisprudenciais conforme critérios técnicos, em especial com a Resolução TC nº 342, de 25 de agosto de 2020, que dispõe sobre as atribuições, diretrizes e metodologia para elaboração e divulgação das ementas jurisprudenciais das decisões colegiadas do Tribunal de Contas.

Outro curso realizado foi o "Governança, Gestão de Riscos e Compliance". O objetivo foi de proporcionar ao aluno embasamento teórico para identificar e analisar, instrumentos e conceitos relacionados à tríade da Governança, da Gestão de Riscos e do Compliance – GRC; abordar estrategicamente os benefícios da adoção de diretrizes de governança corporativa (administrativa), governança pública, política de gestão de risco, políticas de gestão de ativos reputacionais e de programas de integridade e de Compliance nas organizações públicas. O curso proporcionou ao aluno conhecer os referenciais teóricos, as melhores práticas e as últimas tendências na área.

Também no trimestre, foi realizada a Oficina Ciranda do projeto Semear Cidadania “Como identificar e conduzir alunos em situação de violência ou vulnerabilidade sócio-emocional?” e o webnário Cidades Folha de Pagamento.



Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2021 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.706.419,00. O Quadro 4 apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.

Quadro 4 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	170.201.146,00	178.811.146,00	135.674.230,07	96.129.445,30	95.659.426,19
Pessoal	141.786.565,00	148.836.565,00	113.213.319,38	80.995.662,93	80.742.502,29
Pessoal - Ativo	112.786.565,00	115.336.565,00	113.213.319,38	80.995.662,93	80.742.502,29
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	29.000.000,00	33.500.000,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	28.414.581,00	29.974.581,00	22.460.910,69	15.133.782,37	14.916.923,90
Despesas de capital (investimento)	4.505.273,00	7.635.273,00	3.964.881,81	1.468.712,22	1.391.235,82
Total Geral	174.706.419,00	186.446.419,00	139.639.111,88	97.598.157,52	97.050.662,01

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

⁽²⁾ Valores relativos ao repasse do aporte ao RPPS - Fundo Financeiro a partir de janeiro de 2021 passaram a ser realizados de forma extraorçamentária.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

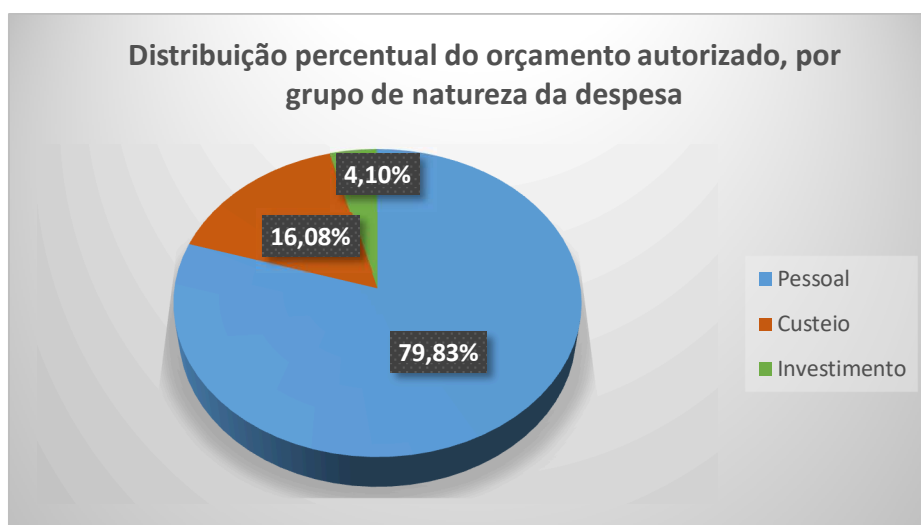


Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado

Fonte: SFC

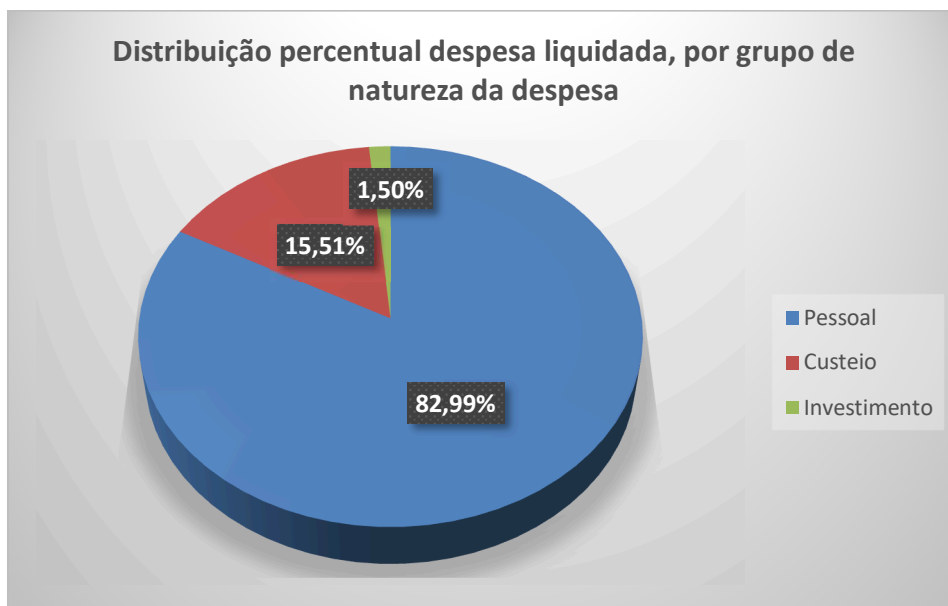


Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada
Fonte: SFC

Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 5 constam algumas ações realizadas e quantificadas pela unidade no trimestre:

Quadro 5 - Atividades NCD

Atividades NCD	3º trimestre de 2021
Correspondências expedidas	721
Correspondências recebidas	1.034
Nº de processos arquivados	1.905
Nº de atendimentos online	2.288
Nº atendimentos presenciais	1.303

Fonte: NCD



Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbra há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que possibilitou a manutenção do teletrabalho sem que houvesse a paralisação das atividades da Corte. No quadro 6 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 6 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	3º Trimestre 2021
Estações de trabalho	625
Servidores com acesso aos recursos da rede	580
Número de chamados resolvidos no período	1.807
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	71
Desenvolvidos pela STI	59
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 7 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes a contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam



	avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
PACE - Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: Visão geral de processos; Prazos de julgamento de processos de controle externo; Prazos de tarefas; Prazos no setor; Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; Execução orçamentária; Gestão do Orçamento; Visão geral de processos administrativos; Recursos Humanos; Fiscalizações; Deliberações; etc. Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.
Painel de Acompanhamento do MMD	Painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente ao Marco de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV; Quadro Analítico: exibem-se as notas obtidas em cada marco de medição.



Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012. Atualmente é utilizado apenas para consulta.

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 3º trimestre de 2021, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Destaca-se no período, a realização da consolidação e conclusão do relatório técnico das contas do governador do Estado do Espírito Santo referente ao exercício 2020. O documento contempla a visão geral do Estado; a conjuntura econômica, financeira e orçamentária; a avaliação do Balanço Geral do Estado; a conformidade da execução orçamentária e financeira; o resultado da atuação governamental nas políticas públicas de educação, saúde e segurança; o monitoramento das deliberações plenárias de exercícios anteriores; e as fiscalizações sobre obras paralisadas e transparência pública.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados boletins da macrogestão governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial por meio do link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2021/boletimMensal>

No 3º trimestre de 2021, houve também a realização de levantamento sobre as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia da Covid-19, de forma a subsidiar a avaliação da prestação de contas anual dos chefes do Poder Executivo, com base no inciso II, art.



5º da Emenda Constitucional 106/2020. O levantamento levou em consideração, os recursos recebidos, as autorizações e realizações de despesas, as disponibilidades financeiras e os aspectos econômicos relacionados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

Saúde

Imunização

Na área de saúde foi elaborado o 4º Relatório de Acompanhamento da imunização contra a Covid-19 no Espírito Santo, fiscalização em curso no TCEES desde janeiro de 2021.

Neste relatório, foram analisados 1.616.294 registros da vacinação contra a Covid-19 no Estado, sob os aspectos da completude, da consistência e da aderência ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 (PNOVCC19). Os registros identificados foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Do ponto de vista da completude e da consistência dos dados, foram identificados 10.649 registros de 2ª dose sem 1ª dose correspondente, 1.239 registros de aplicação da 2ª dose com data igual ou anterior à data da 1ª dose, 8.532 registros em que se repete o mesmo vacinado e a dose aplicada (1ª ou 2ª) e 70 registros de aplicação de doses da vacina da Janssen antes de sua liberação para uso no Brasil.

Sob o aspecto da aderência ao Plano Nacional, os achados identificados foram 1.384 registros em que a 2ª dose da vacina aplicada foi de uma fabricante diferente da 1ª dose, 573 registros em que a 2ª dose foi aplicada em prazo inferior ao estabelecido na bula do imunizante, 278.367 registros de aplicação da 2ª dose em que o prazo de aplicação ultrapassou o máximo estabelecido na bula do imunizante (62% do total), mais de 100 mil registros de 2ª dose não aplicada mesmo após ultrapassado o prazo máximo indicado e 8.400 registros de pessoas vacinadas como idosas tendo menos de 60 anos. Além disso, há quatro vezes mais registros de vacinados como pessoas



de 60 anos ou mais institucionalizadas em relação ao número total de residentes em casas de repouso.

Para cada achado, são apresentadas as possíveis causas e efeitos da situação encontrada e feitas recomendações, dirigidas em maior parte para a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e para as secretarias municipais de saúde dos 78 municípios, com o objetivo de reforçar a capacitação dos servidores responsáveis pelo registro da vacinação, corrigir os problemas identificados nos dados, acompanhar e regularizar a imunização de pessoas que possam ter sido prejudicadas e apurar os indícios de burla à fila da vacinação.

Houve, ainda, o envio ao Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde (Caops), do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), dos achados desta fiscalização, a fim de que seja avaliada a necessidade de tomar as medidas judiciais cabíveis. Desta forma, o TCEES espera contribuir para o aprimoramento do processo de imunização contra a Covid-19 no Estado do Espírito Santo.

Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)

Foi realizado levantamento tendo como referência os planos de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis 2011-2022 e 2021-2030, tendo este último abordado também os agravos não transmissíveis (acidentes e violências como lesões de trânsito, homicídios, suicídios e quedas acidentais), ambos no nível federal. No nível estadual, foi elaborado pela SESA/ES o plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis (DANTs) 2016 e 2022 que também serviu de base para o levantamento.

Além das pesquisas da documentação mencionada e outras específicas que são mencionadas ao longo do relatório de levantamento, foram realizadas entrevistas, com técnicos da SESA/ES e do Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde do Espírito Santo (COSEMS/ES), e questionários eletrônicos encaminhados e respondidos pelos 78 municípios.



Ao longo do relatório, foram apresentadas informações relativas às quatro principais DCNT (doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, doenças respiratórias crônicas) e seus principais fatores de risco (tabagismo, uso abusivo de álcool, alimentação não saudável, inatividade física), tendo como base os resultados dos indicadores de pactuação interfederativa 2018/2019/2020, a análise dos planos municipais de saúde e programações anuais de saúde, as normas, as entrevistas e os questionários.

Ao final do relatório foram sugeridas propostas de encaminhamento com recomendações aos municípios, tendo por objetivo aprimorar as diversas ações planejadas e realizadas para garantir a redução da mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis.

Por fim, com base na Matriz de Avaliação de Riscos, foram identificados e avaliados os riscos, com parâmetros definidos pela equipe de fiscalização, de cada um dos possíveis objetos de fiscalização.

As futuras auditorias operacionais, oportunamente incluídas nos planos de ações de controle externo (PACE), deverão utilizar-se das informações levantadas na citada fiscalização, tanto no que diz respeito ao tema específico, como em relação a outros pontos relacionados, como os fatores de risco e o Programa Saúde na Escola, por exemplo.

Mamografias

Foi concluída a fase de planejamento e início da execução da Auditoria Operacional que objetiva avaliar se o quantitativo de equipamentos, insumos e profissionais disponíveis para realizar as mamografias estão adequados ao atendimento da população e quais os principais aspectos que impedem ou retardam a realização dos exames de detecção precoce do câncer de mama.

No período, foram visitados (presencialmente) oito municípios do Estado e identificados diversos achados.



Educação

No período, foi realizada visita às escolas e elaboração do 3º Relatório de Levantamento, tendo como foco as boas práticas e melhorias nos protocolos sanitários e pedagógicos de volta às atividades presenciais, bem como a identificação das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas nesse momento.

Também foi iniciado trabalho, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), de coleta de dados para o Desenvolvimento do Índice de Permanência Escolar durante a paralisação das atividades presenciais em função da pandemia. No momento, está sendo realizada a análise desses dados para futura elaboração de relatório.

Em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o TCEES está elaborando o 1º Relatório de Levantamento contendo as análises já realizadas que irão compor o trabalho de acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos Municípios do ES.

Pessoal

No 3º trimestre de 2021, foi realizada fiscalização em municípios para identificação de práticas vedadas, relativas a atos e despesas com pessoal, que infringem o art. 21 da LRF e o art. 8º da LC 173/2020, referente ao exercício 2020, que culminou na apresentação de 14 representações decorrentes do resultado deste trabalho.

No mesmo sentido, houve também, relativo ao exercício de 2021, a instrução de 16 representações oriundas do Ministério Público de Contas, relacionadas ao descumprimento do art. 8º da Lei Complementar 173/2020.

Foi realizada ainda no período fiscalização quanto ao cumprimento das medidas restritivas previstas no art. 22, parágrafo único, da LRF, em virtude do descumprimento do limite prudencial da despesa total com pessoal ao final do exercício de 2020, com a finalidade de subsidiar a apreciação e o julgamento das



contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, de 2021, neste ponto de controle.

Outra ação importante, refere-se à recepção mensal de dados de folha de pagamento dos jurisdicionados do Tribunal, com vistas a permitir a criação de um banco de informações para consultas diversas e ações de fiscalização na temática pessoal.

Meio Ambiente e Saneamento

A fiscalização na modalidade levantamento, finalizada em setembro, avaliou a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a partir dos indicadores de atendimento total e urbano de água potável e coleta de esgoto, de tratamento de esgoto, de arrecadação proporcionada pelo sistema e investimentos em saneamento básico, de ligações faltantes de esgoto e água, bem como dos índices de perdas de água na distribuição, de perdas volumétricas de água e de perdas de faturamento, a partir dos dados fornecidos pelos 78 municípios do Espírito Santo ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Como resultado, a partir dos dados fornecidos pelos municípios ao SNIS e utilizando a metodologia do Instituto Trata Brasil, foi possível elaborar o ranking de saneamento básico dos municípios capixabas (RSBMC) e ter um panorama da situação Estado, por município e microrregião de planejamento, quanto à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário estabelecidos na Lei 11.445/2007 (atualizada pela Lei 14.026/2020, denominada “Novo Marco do Saneamento”). O acompanhamento do RSBMC também contribuirá para o alcance das metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - ODS 6 “Água Potável e Saneamento”.

Também foram realizadas no trimestre a instrução de 15 processos relativos a licitações e contratações envolvendo as temáticas de manejo de resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário, meio ambiente e áreas verdes. Como resultado, houve concessão de cautelar; citação de responsáveis quanto à apuração de irregularidades detectadas, garantindo o direito ao contraditório; e o registro de informações no banco de dados para subsidiar a elaboração do Plano Anual de Controle Externo.



Obras Públicas

Em se tratando de mobilidade urbana, foi iniciada fiscalização, na modalidade de auditoria de conformidade, na intervenção no Trevo de Carapina com foco em estudos de viabilidade e acessibilidade. O objetivo desta ação é promover a melhoria dos gastos e da governança pública, além de contribuir para o alcance das metas do ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”.

No período, foram realizadas ainda o acompanhamento das principais obras paralisadas e dos principais procedimentos licitatórios do Estado e dos municípios vinculados à área de engenharia.

Precatórios do Estado

No período, houve o acompanhamento dos precatórios do Estado com vistas a verificar a conformidade da gestão e dos procedimentos operacionais realizados para o depósito e pagamento, bem como a adequação e a suficiência dos controles internos adotados para mitigar os riscos associados ao tema.

Contratações Emergenciais

As contratações emergenciais que estão sendo realizadas, pelo Estado e pelos municípios, para ações relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pelo novo coronavírus, estão sendo acompanhadas pelo TCEES com o objetivo de detectar eventuais riscos e indícios de desvio de dinheiro público, favorecimento de empresas, superfaturamento, mudanças legislativas que afrouxem o controle sobre a destinação de recursos e outras eventuais irregularidades.

Parcerias interinstitucionais

No período, foi elaborado relatório de informações estratégicas, cujo objetivo foi levantar indícios de irregularidades nos procedimentos de contratação solicitadas pela



Polícia Civil do ES representada pela Delegacia de Combate à Corrupção PCES/DECCOR.

Houve, ainda, ação em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) – ES referente a identificação de pagamentos indevidos no programa do auxílio emergencial realizado pela União. Como resultado, houve a comunicação aos gestores, cuja lotação estão os servidores que receberam indevidamente o auxílio, visando a restituição e emissão de nota técnica em conjunto com a CGU.



ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 3º trimestre de 2021:

Atos Normativos

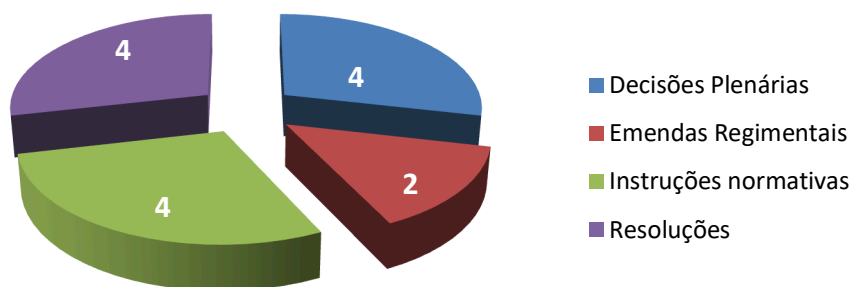


Figura 5 - Atos Normativos
Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três conselheiros e dois conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente²:

² Estão incluídos nas decisões os processos que foram julgados em bloco/lista, conforme artigos 101, § 6º e 277 do RITCEES c/c artigo 8º, § 2º, inciso III da Resolução 300/2016.



Apreciações e Julgamentos

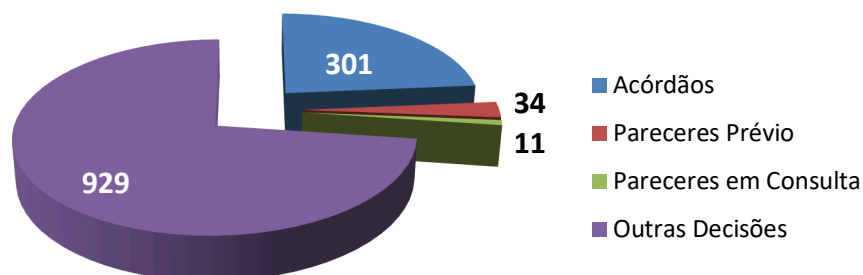


Figura 6 - Apreciações e Julgamentos

Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 58 sessões no 3º trimestre de 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 3º trimestre de 2021 continuou desafiador em decorrência da situação da pandemia. Contudo, a Corte Capixaba manteve a atuação tempestiva nas ações de controle externo, demonstrando o compromisso deste Tribunal em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no 3º trimestre de 2021 apontam-se, em resumo, as seguintes:

- ✓ No dia 24 de setembro, o TCEES completou 64 anos. Para comemorar a data foi realizado evento que contou com a presença do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, que foi homenageado pelo Tribunal capixaba com o “Colar do Mérito da Corte de Contas Manuel Moreira Camargo”. A honraria também foi concedida ao conselheiro substituto João Luiz Cotta Lovatti.
- ✓ Produção de vídeo para divulgação nas redes sociais sobre os resultados positivos alcançados pelo Tribunal com a implantação das sessões virtuais que, atualmente, concentra quase 100% dos julgamentos do TCEES. No Instagram, o vídeo alcançou mais de 1,3 mil contatos.
- ✓ A produtividade da Ouvidoria, em relação ao mesmo período anterior, aumentou em 77%, pois foram atendidas 134 manifestações no 3º trimestre de 2020 e 237 manifestações no 3º trimestre de 2021. E o atendimento prestado pela unidade foi avaliado com notas 5 - Muito Satisfeito e 4 - Satisfeito por 90,62%, dos usuários.
- ✓ Foram capacitadas 22.885 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e jurisdicionados, totalizando 61.038 horas de capacitação nos cursos promovidos pela ECP em modalidade virtual.
- ✓ Elaboração do relatório técnico das contas do governador do Estado do Espírito Santo referente ao exercício 2020. O documento contempla a visão geral do Estado; a conjuntura econômica, financeira e orçamentária; a avaliação do Balanço Geral do Estado; a conformidade da execução orçamentária e financeira; o resultado da atuação governamental nas políticas públicas de



educação, saúde e segurança; o monitoramento das deliberações plenárias de exercícios anteriores; e as fiscalizações sobre obras paralisadas e transparência pública.

- ✓ Elaboração mensal dos boletins da macrogestão governamental, com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos.
- ✓ Análise de 1.616.294 registros, fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), da vacinação contra a Covid-19 no Estado, sob os aspectos da completude, da consistência e da aderência ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 (PNOVCC19).
- ✓ Realização de visita às escolas, tendo como foco as boas práticas e melhorias nos protocolos sanitários e pedagógicos de volta às atividades presenciais, bem como a identificação das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas nesse momento de pandemia.
- ✓ Avaliação da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a partir dos dados fornecidos pelos 78 municípios do Espírito Santo ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), sendo possível elaborar o ranking de saneamento básico dos municípios capixabas (RSBMC) e ter um panorama da situação Estado, por município e microrregião de planejamento, quanto à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCEES



ANEXO ÚNICO

Organograma Institucional

